

## **Concurso Público Nº 56/CPIB/2023**

**Fornecimento de Energia Elétrica e Gás Natural às instalações do Instituto Politécnico de Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental**

### **Caderno de Encargos**

**agosto de 2023**

Campus de Santa Apolónia  
5300-253 BRAGANÇA  
Telef. 273 303249  
Fax: 273 313607  
Email: [economato@ipb.pt](mailto:economato@ipb.pt)

## Índice

Capítulo I – Disposições Gerais .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Preço Base .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Preço Contratual .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Duração do Contrato .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Obrigações do fornecedor .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Condições de pagamento .....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Revisão de Preços .....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual .....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Uso de sinais distintivos .....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais e RGPD .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Patentes, licenças e marcas registadas .....	9
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Sanções .....	9
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante .....	10
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Gestor do Contrato .....	10
Cláusula 16. <sup>a</sup> Execução e liberação da caução .....	11
Cláusula 17. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	12
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Rescisão do contrato .....	11
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Efeitos da resolução .....	11
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Foro competente .....	11
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos .....	11
Cláusula 22. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	12
Capítulo II – Cláusulas Técnicas .....	13
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Características dos locais de consumo .....	13

## **Capítulo I – Disposições Gerais**

### **Cláusula 1.ª – Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de Energia Elétrica e Gás Natural para os diversos edifícios do Instituto Politécnico de Bragança, em regime de mercado livre para Portugal Continental, nos locais referidos na Cláusula 23ª do presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais a concretizar, desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades das necessidades aquisitivas das entidades adquirentes, o adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no que diz respeito aos seguintes Regulamentos:
  - a) Regulamento de Relações Comerciais (RRC),
  - b) Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS);
  - c) Regulamento Tarifário.
3. O presente procedimento insere-se nos CPVs 009310000-5: Eletricidade, e 09123000-7:(Gás Natural), referido no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

### **Cláusula 2.ª – Contrato**

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

### **Cláusula 3.ª - Preço Base**

Considerando o histórico de consumo previsto no presente Caderno de Encargos, para efeitos do presente procedimento, nos termos do artigo 47.º do CCP, o preço máximo anual que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações objeto do contrato, incluindo possíveis renovações é de 2.030.000,00€ (dois milhões e trinta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em caso de renovações correspondendo a cada Lote :

- Lote 1 CPV 09310000-5 - Eletricidade: €1.100.000,00 (Um milhão e cem mil euros);
- Lote 2 CPV 09123000-7: Gás Natural: €930.000,00 (Novecentos e trinta mil euros).

### **Cláusula 4.ª - Preço Contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar mensalmente ao fornecedor o preço resultante da aplicação do tarifário constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, às quantidades efetivamente consumidas pela entidade adjudicante no mês respetivo.

2. Os preços referidos no número anterior incluem para além do preço da energia (€/kWh) ou do preço unitário, as tarifas aplicáveis, definidas legalmente, nomeadamente:

- a. Termo Tarifário Fixo;
- b. Tarifa de Acesso à Rede;
- c. Capacidade de Entrada;
- d. Outras parcelas legalmente reguladas.

3. O preço referido no n.º 2 inclui ainda todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4. Os valores dos consumos são estimados com base no consumo no ano de 2022 acrescido de 5%, não sendo a entidade adjudicante obrigada a consumir na totalidade os valores de energia indicada.

5. O preço contratual estimado para 9 meses será o resultado dos cálculos efetuados no ficheiro com a designação "Anexo\_I.xls".

### **Cláusula 5.ª – Duração do Contrato**

- 1. O contrato terá início na data da sua assinatura e final previsto a 30/06/2024.
- 2. O Contrato será renovado automaticamente por períodos de 6 meses, até ao máximo de 3 renovações, se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 dias em relação ao termo da

vigência inicial ou de cada uma das renovações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.

3. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou tenha sido esgotado o limite do preço contratual, não concedendo ao adjudicatário o direito ao recebimento de quaisquer importâncias, nomeadamente, a título de compensação.

4. Sem prejuízo do estabelecido no ponto 1 da presente cláusula, o contrato a celebrar, produzirá efeitos na data em que estiverem reunidas as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por comercializadores em regime de mercado livre, e depois de concluídos os procedimentos regulamentares para a mudança de comercializador, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

5. Compete ao Adjudicatário promover todas as diligências e suportar todos os encargos delas decorrentes que se mostrem necessárias e adequadas, para transmitir os atuais contratos de fornecimento sem que haja quebras de fornecimento de energia elétrica.

#### **Cláusula 6.ª – Obrigações do fornecedor**

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecimento continuado de Eletricidade e ou Gás Natural às instalações do IPB, nomeadamente, aos pontos de consumo previstos na Cláusula 23ª do Presente Caderno de Encargos, em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Assegurar o fornecimento em conformidade com os parâmetros de qualidade do serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, definidos na legislação em vigor, designadamente no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela ERSE.
- c) Assegurar a elaboração e a entrega de toda a documentação para efetuar a mudança de operador junto das entidades competentes, nos prazos indicados na cláusula anterior;
- d) Manter o valor do custo de gestão ao longo da duração do contrato;
- e) No final do contrato em vigor e se o novo comercializador não conseguir ativar os locais dentro dos prazos previstos por quaisquer motivos, deve o comercializador atual manter o valor do custo de gestão, sendo que o contrato terminará no dia em que o novo comercializador conseguir ativar os locais em sua carteira ou valor do contrato se esgote.

2- O Fornecedor é ainda responsável, nomeadamente, por:

- a) Atuar de acordo com a legislação da União Europeia e portuguesa;

- b) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças, bem como respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- c) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
- d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou situação comercial;
- e) Reportar, mensalmente, à entidade adjudicante os consumos por instalação, de acordo com o modelo do Anexo III do presente caderno de encargos, em conformidade com os Regulamentos das relações Comerciais e da Qualidade de Serviço;
- f) Os elementos constantes dos relatórios referidos na alínea anterior podem ser disponibilizados através de envio por correio eletrónico, suportados por informação em ficheiros com formato xls ou disponibilização online na área de cliente;
- g) Relativamente ao Lote 1, deverá ser assegurada uma quota de eletricidade fornecida através de fontes de energia renováveis de, pelo menos, 25%.

#### **Cláusula 7.ª – Condições de pagamento**

1. O fornecimento será remunerado, com base nos valores reais consumidos pelas Entidades Adjudicantes, valorizados de acordo com os preços unitários de energia ativa constantes da proposta adjudicada, acrescidos das demais parcelas legalmente reguladas.
2. O preço aplicável em cada momento terá por referência o quadro legislativo e regulamentar, bem como os perfis de consumo aprovados pela ERSE para aplicação a instalações da entidade adjudicante referidas no Anexo I.
3. O pagamento das faturas é efetuado no prazo máximo de **30 dias** de calendário, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
4. Em caso de discordância por parte do Instituto Politécnico de Bragança, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Transferência Bancária.
6. As faturas, deverão ser emitidas de acordo com o previsto no art.º 299º-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes no Decreto-Lei 123/18 de 28 de dezembro, no art.º 2º do Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril e na alínea b) do Despacho 49/2022 – XXIII de 24 de maio.

7. As faturas eletrónicas deverão ser transacionadas através do prestador de serviços de faturação eletrónica da entidade adjudicante:

*IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)*

Nome: YET

NIPC: 508851360

Morada: Edifício PRIMAVERA, Rua Dr. Egídio Guimarães, nº 74 Lamações

Cód. Postal: 4719-006 Braga

*INFORMAÇÃO PARA CONTACTO ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)*

Nome: YET

Telefone: 253309903

Email: [intervan@yetspace.com](mailto:intervan@yetspace.com)

**Cláusula 8.ª – Revisão de Preços**

Durante a execução do contrato não haverá lugar a revisão de preços.

**Cláusula 9.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, mediante autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante e nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 10.ª – Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

**Clausula 11.ª - Proteção de dados pessoais e RGPD**

**1.** O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

**2.** Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelas Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das instruções desta Entidade e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do referido Regulamento Comunitário.

**3.** O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar



à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela referida Entidade Adjudicante.

**4.** O Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a)** Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b)** Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c)** Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d)** Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e)** Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f)** Prestar à Entidade Adjudicante, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter esta Entidade informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido;
- g)** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

**5.** Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas.

**6.** Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que estas cumpram a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.



7. Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
8. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
9. Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 4 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.
10. A obrigação de sigilo prevista na alínea c) do número 4 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

#### **Clausula 12.ª - Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

#### **Cláusula 13.ª – Sanções**

1. O Adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no Regulamento Tarifário, no Regulamento de Relações Comerciais, no Regulamento da Qualidade de Serviço emitidos pela ERSE, Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro, que aprova o regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor e demais normas aplicáveis ao sector.
2. O incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos de fornecimento definidos nos termos do n.º 1 e das obrigações contratuais mínimas definidas na cláusula 21.ª do presente caderno de encargos, confere o direito de aplicação de sanções pecuniárias.
3. No caso de atraso do envio dos relatórios previstos na cláusula 21.ª do presente caderno de encargos, por razões imputáveis ao Adjudicatário, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos:

$$P = V \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = n.º relatórios em atraso/não entregues.

4. As penalidades previstas nos números anteriores são cumulativas, assumindo a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no

caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação - carta registada com aviso de receção - dirigida ao Adjudicatário.

5. A Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

6. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

7. A decisão de aplicação de penalidades é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos.

8. As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

9. Quando as penalidades aplicadas ao Adjudicatário excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

Em caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, que confira à entidade adjudicante o direito a resolver o contrato nos termos do artigo 14.º do caderno de encargos e demais de direito, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 318.ºA do CCP.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato**

1 – A entidade adjudicante procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

2 – Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela entidade adjudicante, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.

3 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.

4 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

5 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela entidade adjudicante, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

### **Cláusula 16.ª Execução e liberação da caução**

- 1 – A caução prestada pelo adjudicatário para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes da sua celebração, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 2 – A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução.
- 3 – A execução parcial ou total da caução prestada pelo cocontratante constitui o fornecedor na obrigação de proceder à reposição do respetivo valor, no prazo de 15 dias, após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
- 4 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 17.ª – Rescisão do contrato**

O incumprimento, pelo Adjudicatário, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à Entidade Adjudicante, o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

### **Cláusula 18.ª – Efeitos da resolução**

Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, fixada a título de cláusula penal em 20% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de reclamação de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.

### **Cláusula 19.ª – Foro competente**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do círculo de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 20.ª – Contagem dos prazos**

1. Salvo disposição em contrário, todos os prazos contados em dias, que constam no presente caderno de encargos, são referidos a dias de calendário, contando-se, consequentemente, os sábados, domingos e feriados.

2. Quando a contagem do prazo determinar que o seu termo ocorre a um sábado, domingo ou feriado, o ato a praticar terá como limite o primeiro dia útil que se lhes seguir.

#### **Clausula 21.ª Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 22.ª – Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislações específicas aplicáveis.

## Capítulo II – Cláusulas Técnicas

### Cláusula 23.<sup>a</sup> – Características dos locais de consumo

As instalações abrangidas pelos contratos a celebrar, respetivamente, são as infra identificadas

#### Lote 1 - Eletricidade:

CUI/CPE	TENSÃO	Potência Contratada	Horário	Ciclo	Estimativa de consumo (Kwh)
PT0002000021804591EL	BTN	3,45	Simples	Sem ciclo	273
PT0002000021775384VE	BTN	6,90	Simples	Sem ciclo	385
PT0002000069381695HJ	BTN	10,35	Simples	Sem ciclo	1 702
PT0002000021804589EV	BTN	20,70	Simples	Sem ciclo	2 341
PT0002000021834424PK	BTN	20,70	Simples	Sem ciclo	2 643
PT0002000021840926SZ	BTN	20,70	Simples	Sem ciclo	4 868
PT0002000068289883CB	BTN	20,70	Simples	Sem ciclo	5 096
PT0002000082689505PT	BTN	34,50	Tri-horário	Ciclo diário	6 810
PT0002000112590758XB	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	15 932
PT0002000117315136MM	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	62 317
PT0002000117694842TG	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	47 781
PT0002000126557793AC	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	30 384
PT0002000112018273ML	BTE	55,58	Tetra-Horário	Ciclo diário	133 475
PT0002000105069362FY	BTE	79,00	Tetra-Horário	Ciclo diário	108 445
PT0002000078435534HV	MT	113,00	Tetra-Horário	Ciclo semanal	179 356
PT0002000070173978BS	MT	115,36	Tetra-Horário	Ciclo semanal	369 486
PT0002000070173991NM	MT	213,88	Tetra-Horário	Ciclo semanal	750 177
PT0002000070173989NA	MT	288,96	Tetra-Horário	Ciclo semanal	770 390
PT0002000119998663RF	MT	292,95	Tetra-Horário	Ciclo semanal	389 980

**Lote 2 - Gás Natural:**

<b>CUI / INSTALAÇÃO</b>	<b>ESCALÃO CON-SUMO</b>	<b>Opção tarifária</b>	<b>Estimativa de consumo (m<sup>3</sup>)</b>
PT1702000003111929BY	>100.000	Longas utilizações (10.000 - 700 000 M3/Ano)	127 174
PT1702000003111782GC	>100.000	Longas utilizações (10.000 - 700 000 M3/Ano)	74 871
PT1702000003119258FK	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	63 745
PT1701000000107865BM	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	12 045
PT17010000001014108ZW	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	33 209
PT1702000003117878QK	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	15 659
PT1702000003103469BX	1.000 a 10.000	Escalão 4	4 968
PT1702000003109673MG	1.000 a 10.000	Escalão 4	9 375
PT1702000003123704VM	1.000 a 10.000	Escalão 4	2 491